

— 1 ABR 1988

Negociadores esperam fechar acordo da dívida quarta-feira

JORNAL DO BRASIL

Roberto Garcia
Correspondente

WASHINGTON — As negociações da dívida brasileira entraram em ritmo acelerado nesta semana, para que um acordo esteja concluído até quarta-feira e comecce sua *vendagem* aos governos e bancos centrais dos países credores. A intenção é ter o documento antes da reunião do comitê interino do FMI, que reunirá os ministros das finanças e presidentes dos bancos centrais na capital americana, a partir de quinta-feira. Embora as conversações tenham entrado no sexto mês, não se conseguiu entendimento sobre alguns dos temas mais importantes.

"As coisas estavam marchando mais devagar do que esperávamos. Vamos tentar dinamizá-las nos próximos dias", disse um assessor de William Rhodes, o presidente do comitê de coordenação dos bancos credores. Acrescentou que os bancos estão interessados em terminar logo as discussões para receber o pagamento dos juros da dívida referentes a março, ainda pendentes.

Redução — Dos problemas a serem resolvidos, o mais importante é conseguir a redução das taxas de risco que incidem sobre a dívida — o *carve out*. No fundo, quanto os bancos vão deixar de ganhar de lucro em seus empréstimos ao Brasil e quanto o Brasil vai economizar dependem dessa decisão. Não é à toa que os dois lados estão agonizando sobre ela", disse um banqueiro que participa das negociações.

O Brasil deseja que esse *carve out* se aplique a toda a dívida, como foi conseguido pelo México em 1985. Mas os credores preferem que a redução se aplique apenas aos US\$ 20 bilhões depositados em cruzados no Banco Central. Outra possibilidade seria a redução imediata das taxas de risco apenas para a dívida pública. No que diz respeito à dívida privada, a

redução seria feita à medida que os contratos de empréstimos fossem vencendo. Se o *carve out* for aplicado imediatamente sobre toda a dívida, o Brasil economizará cerca de US\$ 600 milhões anuais em juros, já a partir deste ano.

Um dos argumentos mais fortes é o tempo. A comissão de coordenação de bancos lembra que, embora o México tenha conseguido *carve out* para toda a dívida, a assinatura do contrato levou quase um ano, atrasando seus benefícios. Uma concessão feita pelo Brasil garantiria o desfrute da redução mais rapidamente, já que os 700 credores aceitariam mais facilmente o acordo, argumenta a comissão.

Títulos — Outro ponto importante são as características dos *títulos de saída*. Eles seriam emitidos para permitir que os bancos, sem interesse em continuar financiando o Brasil, convertam a dívida. O governo brasileiro está oferecendo prazo de 20 a 25 anos para esses papéis, com rendimento fixo de 6%. Os bancos pedem prazo menor e maior taxa de juros, bem como preferência para seu pagamento e a possibilidade de seu uso para conversão em capital de empresas brasileiras.

Também está pendente a cláusula de contingência, considerada necessária pelo Brasil, especialmente porque o governo começou pedindo US\$ 10,5 bilhões de empréstimos novos para refinanciar juros vencidos e a vencer, acabando por aceitar apenas US\$ 5,8 bilhões. Se as previsões otimistas em que o governo se baseou para reduzir suas pretensões não se concretizarem, o Brasil precisará de novos empréstimos. A cláusula de contingência define as condições que acionariam a reabertura das negociações com vistas à obtenção desses novos recursos.

Igualmente importante é a decisão sobre o empréstimo ponte de que o Brasil precisa para continuar os pagamentos de juros até que os US\$ 5,8 bilhões sejam desembolsados.